



**Gondra, J. G. (2018). *A emergência da escola*. São Paulo: Cortez.**

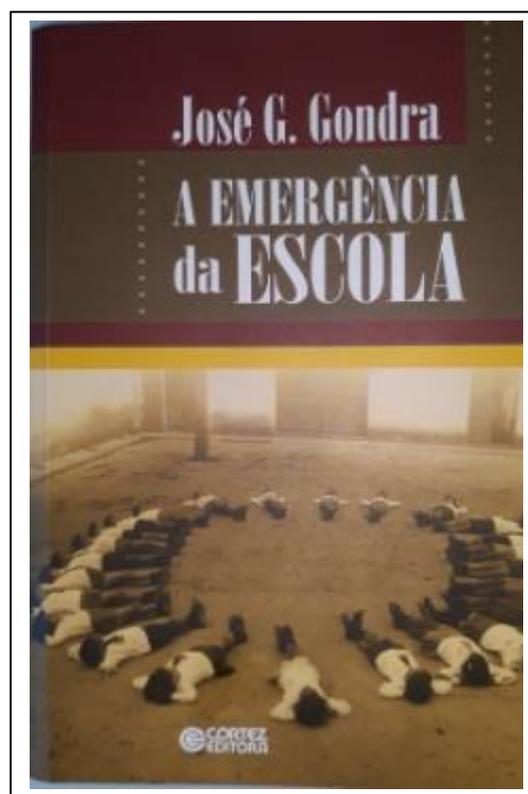
**Pp. 261**

**ISBN: 978-85-249-2670-9**

**Resenhado por Paulo Rogério Marques Sily**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Brasil**

Considerando a instrução no mundo ocidental como “estratégia civilizatória” e a escola como “máquina de civilizar” para se “governar as multidões”, os autores analisam à luz da história, apoiados em contribuições teórico-metodológicas de Michel Foucault o processo de escolarização ocorrido na Corte Imperial brasileira. O recorte temporal correspondente às reformas da instrução primária e secundária efetivadas por um mesmo autor – Luís Pedreira do Couto Ferraz –, ocorridas nas províncias do Espírito Santo (1848), do Rio de Janeiro (1849) e no Município da Corte (1854)<sup>1</sup>, procurando homologias e distinções entre elas e, por conseguinte, no modelo de instrução que procuram instituir.

Tais reformas da educação parecem ter servido aos autores como vias de entrada para um estudo ampliado quanto à escolarização em curso no início da segunda metade do século XIX na capital do Império brasileiro e seus rebatimentos no interior das escolas,



<sup>1</sup> Respectivamente: Regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Província do Espírito Santo, promulgada em 20 de fevereiro de 1848; Regulamento da Instrução Primária na Província

do Rio de Janeiro, promulgado em 14 de dezembro de 1849 e Regulamento do Município do Rio de Janeiro, Decreto nº. 1331A, promulgado em 17 de fevereiro de 1854.

sobre os professores – formação, recrutamento e atuação docente – e na forma escolar que pretendiam determinar.

Investigação realizada através de problematizações relativas à Reforma de 1854, quanto às intenções dos que as conceberam e defenderam; seus processos de elaboração; receptividade junto ao público a que se destinaram e suas inferências quanto aos interesses do Estado Imperial à época. O conjunto de questões foi estabelecido a partir da análise da legislação em foco como fonte e como objeto investigado no exame criterioso de sua genealogia, articulada aos saberes, agentes e instituições que a conceberam, bem como os efeitos por ela provocados em múltiplos sentidos.

Considerada de especial interesse para estudos sobre gestão do povo, a Reforma de 1854 ganha destaque sobre as demais em função de sua intenção em criar uma “máquina de governo” no que se refere à escola primária e secundária na Corte, na medida em que cria a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária nesse município, para atuar como aparelho regulador de uma suposta profissionalização, criando uma nova estrutura para o ensino primário e secundário, redefinindo saberes, instaurando uma rede de vigilância sobre a organização escolar e seus sujeitos, de modo a funcionar como exemplo e modelo a ser adotado em outras cidades e províncias, mas também como demonstração do estado de adiantamento da instrução e alinhamento do Brasil ao restrito concerto das nações auto representadas como instruídas e polidas.

A partir desses pressupostos a reforma educacional em pauta (1854) é analisada buscando situar seu protagonista – Couto Ferraz - em suas redes sociais, pertencimentos institucionais e cargos de governo, portanto, condições políticas e sociais que lhe conferiam poder para buscar legitimar reformas nas Províncias nas quais atuou como Presidente e como Ministro dos Negócios do Império.

Reformas que, segundo os autores, tiveram como meta “forjar um modelo de escola moderna”, a partir de determinada “forma escolar da educação” em voga em algumas cidades da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, com relevância aos aspectos relativos à administração, organização e funcionamento escolar; saberes a serem ministrados; questões de métodos, formação e recrutamento de professores; arquitetura e distribuição do tempo escolar; regime de inspeção nas escolas; gratuidade e obrigatoriedade. Os exames desses aspectos compõem três partes do livro, a saber: “A instrução Reformada”; “O governo dos professores” e “O governo das aulas”.

Como contraponto e efeito das orientações e prescrições oficialmente estabelecidas para a educação, na última parte do livro – “Um governo para si” – a voz a interlocutores contemporâneos à(s) reforma(s) em análise – professores públicos primários da Corte – aparece por meio de quatro cartas-manifesto (três dirigidas às autoridades e uma aos concidadãos), reunidas e publicadas em 1871 na Corte Imperial, através das quais expõem condições de vida e trabalho a que estavam sujeitos; suas impressões quanto a situação da educação, bem como apresentam propostas e reivindicações que lhes eram próprias. Conjunto de documentos, reconhecido no livro como forma de agremiação, resistência e instrumento agregador, capaz de auxiliar os professores a criarem um espírito de grupo.

Em suas *Anotações finais*, o autor enuncia o arcabouço teórico condutor das pesquisas realizadas e sua forma de compreender do processo de escolarização em estudo. Apoiado na noção foucaultiana de *governamentalidade*, propõe uma forma de compreender o poder de governar (no caso a escola, os professores, as aulas, etc..) ao afirmar a importância de ser considerado o poder que procura modelar a escola, mas, sendo igualmente necessário observar a força da escola e de seus agentes, colocando em questão a tese da existência de

um poder central, absoluto, soberano. De acordo com os pressupostos mobilizados, é na tensão entre esses elementos – governo, escola e seus agentes – que “o aparato escolar dialoga, nos quais se inscreve, é forjado e ajuda a definir seus contornos, alcances e limites, nos vários presentes”.

Em suas 261 páginas, *A Emergência da Escola* está organizado em cinco partes, além da Apresentação, Anotações Finais, Referências e Anexos. Estes últimos, são transcrições de fontes consultadas pelos autores<sup>2</sup>, a saber: Regulamentos da Província do Espírito Santo (1848) e da Província do Rio de Janeiro (1849) e da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (1854), elaboradas nas gestões de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz; seis artigos relativos à Instrução Pública da Corte, de autoria do professor Manoel José Pereira Frazão, publicadas no periódico *Constitucional* entre março e abril de 1863, intitulados “Cartas do Professor da Roça” e o Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte, de 1871.

Dirigido a professores, estudantes e interessados em mais e melhor conhecer aspectos decisivos da história da educação no Brasil, a obra se constitui a partir de alguns pressupostos positivos. Dentre eles, uma

original preocupação em dialogar com o leitor, procedendo a uma escrita com linguagem acessível e didaticamente elaborada, definindo e esclarecendo conceitos e termos utilizados, indicando os respectivos autores nos quais se apoia, em sua maioria em notas explicativas; fornecendo códigos de referência dos documentos nos arquivos consultados e transcrevendo fontes analisadas, facilitando ao público interessado o acesso à informação, estimulando, assim, a pesquisa e permitindo interpretações e leituras diversas dos documentos analisados.

Outro aspecto positivo pode ser encontrado no conjunto de imagens selecionadas para compor a narrativa. Coleção composta de fotografias referentes às atividades pedagógicas e de lazer em espaços escolares, grupos de alunos e de professores; gravura e reprodução de documentos oficiais, propagandas e notícias publicadas em periódicos, charge e capas de livros e de Manifesto de Professores. Rica coleção que potencializa a leitura e permite explorar outras formas de percepção e aproximação para com outros presentes e as temáticas em questão.

Representações de atividades pedagógicas ao ar livre, em pátio de escola (fig. 1), onde é possível identificar a ordem e a disciplina dos corpos, simetricamente posicionados,

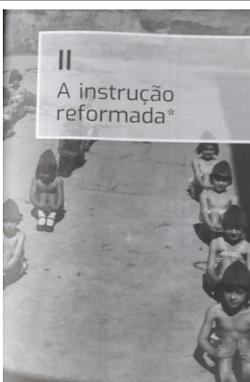


Fig. 1: No pátio escolar primários



Fig. 2: Attendant le jugement



Fig. 3: Parada de professores

<sup>2</sup> Vale sublinhar a diversidade de fontes analisadas, com diferentes tipologias: manuscritas, impressas e

digitais, evidenciando o amplo arco documental em exame.

uniformizados e separados; de exames de admissão de professores, com destaque para o recato da professora, expressivo no traje que cobre todo o seu corpo e cabeça frente a banca examinadora, composta exclusivamente por homens (figura 2) e do sinistro desfile de professores da instrução primária, formada por esqueletos que marcham portando palmatórias frente a autoridades e governantes, em protesto contra as más condições de vida e trabalho docentes, são algumas das imagens que compõem a obra, evidenciando a potencialidade de fontes iconográficas para a pesquisa histórica.

Elaborado em parcerias entre orientador e orientandos a partir de experiências de pesquisa e escrita na primeira década do século XXI, vinculado a projeto acadêmico, financiado pela FAPERJ e CNPq, o livro *A Emergência da Escola* tem em si a perspectiva da (in) formação no campo da História da Educação. Parte dos capítulos que compõem a obra foram originalmente elaborados a partir de consultas aos acervos do Arquivo Nacional e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro para escrita do livro.

*A Emergência da Escola*, obra coordenada pelo professor José Gonçalves Gondra, pesquisador do campo da História e da Historiografia da Educação brasileira, com ênfase no período Imperial, autor de *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial* (EDUERJ/2004) e *Educação, poder e*

*sociedade no Império brasileiro* (Cortez/2008) em parceria com Alessandra Martinez de Schueler, entre outras publicações, foi produzido com participação de pesquisadores do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ), a saber: Angélica Borges, Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos, Gisele Baptista Pereira, Inára Garcia, Marina Natsume Uekane, Pedro Paulo Hausmann Tavares e Pollyana Gomes Pinho. Textos reunidos, revisados e atualizados pelo autor após treze anos de elaboração da versão original que, em 2018, foi publicado pela Cortez.

Em tempos de polêmicas e disputas sobre a possível redefinição da forma escolar (e funções) nos dias atuais, a leitura de *A Emergência da Escola* deve ser considerada não apenas por aqueles interessados em mais e melhor conhecer os processos históricos de escolarização referentes à instrução primária e secundária no Brasil do século XIX, mas, acima de tudo, àqueles que, em formação continuada, apostam na renovação da pesquisa e do conhecimento no campo da história da educação para estranharem o seu presente em favor de uma escola cidadã, afastada de qualquer tipo de preconceito e submetida a uma reflexão permanente a respeito das suas funções e do papel inclusivo, democrático e emancipatório que ainda pode vir a cumprir.

---

### Acerca do Autor da Resenha

**Paulo Rogério Marques Sily** é doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Professor de História do Colégio Pedro II (aposentado em 2013), integra o Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).  
prsily@yahoo.com.br

**Education Review**  **Reseñas Educativas**  
**Resenhas Educativas**



 *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* is supported by the Scholarly Communications Group at the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Copyright is retained by the first or sole author, who grants right of first publication to the *Education Review*. Readers are free to copy, display, and distribute this article, as long as the work is attributed to the author(s) and *Education Review*, it is distributed for non-commercial purposes only, and no alteration or transformation is made in the work. More details of this Creative Commons license are available at <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>. All other uses must be approved by the author(s) or *Education Review*. *Education Review* is published by the Scholarly Communications Group of the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University.

**Disclaimer:** The views or opinions presented in book reviews are solely those of the author(s) and do not necessarily represent those of *Education Review*.

Connect with *Education Review* on Facebook (<https://www.facebook.com/pages/Education-Review/178358222192644>) and on Twitter @EducReview